

## A POLÍTICA ATRAPALHANDO A ECONOMIA NO BRASIL

Desde o início do ano, a economia brasileira começou a dar mostras de melhora, trazendo uma perspectiva um pouco mais otimista para o médio prazo. O primeiro aspecto positivo tem sido a queda da inflação desde o segundo semestre de 2016, indicando que em 2017 o país terá uma inflação abaixo da meta de 4,5%. Isso representa um grande ganho para a nossa economia, o que não ocorre desde 2009. A tolerância com patamares cada vez mais elevados de inflação até 2015 trouxe danos consideráveis ao sistema econômico brasileiro, acentuando a desordem na estrutura produtiva e social do país.

Os bons resultados no campo inflacionário abriram caminho para a flexibilização da política monetária, o que permitiu que o Banco Central cortasse a meta da taxa básica de juros – Selic – ao longo de 2017. Tudo indica que a trajetória de queda da taxa de juros, confirmado o cenário da inflação será mantida até o final do ano. No entanto, o calcanhar de Aquiles da economia brasileira continua sendo o aspecto fiscal.

A política econômica praticada ao longo do governo Dilma gerou profundo desajuste nas contas públicas brasileiras. O déficit nominal do setor público tem se situado em torno de 9% a 10% do Produto Interno Bruto (PIB) ao longo dos últimos anos, condicionando uma trajetória de endividamento do setor público potencialmente explosivo no médio prazo caso nada seja feito.

Nesse sentido, o governo Temer passou a corrigir o rumo da política fiscal, tentando impor limites aos gastos públicos e eliminando benefícios fiscais indevidos. O limite do teto para os gastos públicos aprovado pelo Congresso Nacional teve repercussão positiva e encenou uma expectativa otimista quanto a reforma da previdência, indicando que a recuperação econômica consolidar-se-ia no segundo semestre do ano, alinhada com as reformas estruturais essenciais para a nossa economia.

Em meio a esse cenário, a onda de denúncias envolvendo o governo representou um balde de água fria no otimismo que começava a se delinear na economia brasileira. A turbulência política instaurada após as denúncias azedou o ambiente do Parlamento, tornando muito mais difícil e custosa para o governo a aprovação das reformas. Logicamente, esse cenário foi rapidamente apreçado pelo mercado financeiro, que realinhou os preços dos ativos em função do maior risco percebido pelos investidores.

Do ponto de vista econômico, a questão central passou a ser qual é o real impacto da instabilidade política, instalada em Brasília, sobre a recuperação da atividade econômica. Sem sombra de dúvida, a percepção do risco sobre a economia brasileira aumentou a partir do surgimento das denúncias contra o presidente e seus ministros mantidos nos cargos.

A instabilidade política tem reflexo direto sobre as ações do Parlamento, fazendo com que a efetivação da aprovação das reformas fique mais distante. Obviamente, o cenário para a retomada de investimentos também fica um pouco mais comprometido a partir das incertezas no campo político.

Entretanto, um bom sinal é que a economia real não está sendo duramente afetado pela crise política. As indicações iniciais são de que os impactos sobre as vendas e a contratação de novos postos de trabalho, mesmo de forma tímida, estão ocorrendo com números pequenos, mas positivos. Nesse contexto, aparentemente, os agentes econômicos parecem ter deslocado relativamente o ambiente econômico do cenário político turbulento (até porque as diretrizes de política econômica foram preservadas mesmo em meio ao caos em Brasília).

**Espera-se que ao separa a economia da má política não só os agentes econômicos, como a sociedade brasileira, comecem a dar sinais de comportamento de maturidade e de mudança para os rumos do país, ou seja, separando o joio do trigo.**